



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1070/2026

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS  
PÚBLICOS – SEMOSP

### **2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

- GEOVANI SOUZA DE ANDRADE – MATRICULA Nº 4086

### **3. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), em obediência ao Art. 18, I, da Lei Federal nº 14.133/21 - Dispõe de Normas Gerais de Licitação e Contratação para as Administrações Públicas diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como ao Decreto nº 9.592/PMC/2023 - Regulamenta a Lei de Licitações em âmbito Municipal, tem por objetivo planejar, descrever e analisar a necessidade do interesse público, evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução de forma que seja possível demonstrar a viabilidade técnica e econômica para contratação, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência.

Este documento integra a fase de planejamento das contratações públicas, o que constitui um importante mecanismo de controle da eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, partindo da identificação da necessidade do ente solicitante, análise de viabilidade e razoabilidade da contratação, apontamento das possíveis soluções, análise de impacto ambiental, descrição fiel dos produtos, informações orçamentárias, dentre outras informações relevantes à formação do Processo.

Dito isto, o presente ETP caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, que tem por finalidade definir o objeto e seus elementos constitutivos, os quais nortearão o procedimento licitatório a ser deflagrado, de modo que a solução atenda as necessidades percorridas no presente instrumento.

### **4. DIRETRIZES NORTEADORAS DA PRETENSA CONTRATAÇÃO**

Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsequentes:





- Lei nº 14.133/2021 - Dispõe de Normas Gerais de Licitação e Contratação para as Administrações Públicas diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024 – Regulamenta a Lei de Licitações e Contratos em âmbito Municipal;
- Norma Regulamentadora nº 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT;
- Norma Regulamentadora nº 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- Norma Regulamentadora nº 6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Norma Regulamentadora nº 7 - Programas de Controle Médico e Saúde ocupacional – PCMSO;
- Norma Regulamentadora nº 15 - Atividades e Operações Insalubres;
- Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas;
- Norma Regulamentadora nº 21 - Trabalho a Céu Aberto;
- Norma Regulamentadora nº 9 - PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Norma Regulamentadora nº -18 - PCMAT– Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Norma Regulamentadora nº 10 - Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade;
- Norma Regulamentadora nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

## **5. DO OBJETO/OBJETIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **5.1. DO OBJETO:**

Os presentes estudos almejam identificar soluções mercadológicas voltadas à execução de Obras de Drenagem Pluvial na Rua Mato Grosso Bairro Liberdade no Município de Cacoal/RO.

### **5.2. DO OBJETIVO:**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar e identificar a solução mais adequada, eficiente e economicamente viável para a execução de Obras de Drenagem Pluvial na Rua Mato Grosso, Bairro Liberdade, no Município de Cacoal/RO, visando à mitigação de alagamentos, ao correto escoamento das águas pluviais, à preservação da infraestrutura urbana existente e à melhoria das condições de trafegabilidade, segurança e qualidade de vida da população local.





### 5.3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	VALOR ESTIMADO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA MATO GROSSO BAIRRO LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO.	SERVIÇOS	R\$ 552.782,65

A execução da obra, propriamente dita, exigirá profissionais capacitados para o emprego das técnicas de construção civil e o adequado manejo dos equipamentos, materiais especificados nas peças técnicas elaboradas, das quais constarão indicações sobre os tipos mais adequados de equipamentos e materiais a serem utilizados nos diferentes processos e etapas da construção, quais os produtos são os mais recomendados e os procedimentos necessários para que a construção aconteça de forma segura, tanto para o trabalhador que está executando a obra, quanto para usuário de seu produto final.

Ressalta-se que os prazos de execução previstos na planilha do cronograma físico-financeiro da obra constituem elemento essencial para a adequada implementação do objeto contratual, devendo ser rigorosamente cumpridos. A inobservância desses prazos poderá ensejar a deterioração progressiva e a eventual interdição das instalações, com impactos negativos diretos sobre a infraestrutura existente, a segurança dos usuários e a plena efetivação das condições de acessibilidade projetadas.

## 6. DOS ESCLARECIMENTOS QUANTO A ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso V da IN 40/2020 e art. 7º inciso IV do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

Em processos de execução de obra, em especial de drenagem, devem consideradas algumas características para a estimativa das quantidades em planilha orçamentária, por exemplo o dimensionamento da área da bacia para verificar a capacidade de captação de água na região e a extensão do trecho e, a partir daí, realizados os levantamentos dos quantitativos necessários e formulada a planilha orçamentária.

Por se tratar de obra de a ser executada, todos os quantitativos estimados constam da planilha orçamentária, que será anexo do Projeto Básico e Edital.





## **7. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE E FINALIDADE PÚBLICA**

### **7.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:**

Considerando que obras de infraestrutura no município são reivindicadas pela população, em razão de possibilitar locomoção, interligação, trafegabilidade entre os bairros da cidade tornando de suma importância a execução do projeto proposto.

Considerando que o objetivo da implantação de drenagem pluvial em via, no Município de Cacoal irá proporcionar à população assistida uma melhoria significativa na qualidade de vida, bem-estar social e desenvolvimento econômico, elevando, sobretudo a autoestima do cidadão e valorização dos imóveis que estão localizados nesta via.

Considerando que pode-se destacar o sistema de drenagem de núcleo habitacional no processo de expansão urbana como ineficiente. Logo acarreta transtornos à população quando causa alagamentos, inundações e erosões e o aparecimento de doenças. Diante dos fatos, as águas que acumulam nestes locais deverão ser drenadas, adotando sistema de escoamento eficaz. Por isso é relevante a execução de drenagem na via do referido bairro.

Considerando que a atual gestão municipal tem como prioridade e compromisso de ofertar infraestrutura adequada aos seus munícipes. Haja vista, que foi angariado via Termo de Convênio nº 111/2020/PJ/DER-RO recursos financeiros para execução da obra em tela. Conforme documento em anexo nos autos. Considerando que obras de infraestrutura no município são reivindicadas pela população, em razão de possibilitar locomoção, interligação, trafegabilidade entre os bairros da cidade tornando de suma importância a execução do projeto proposto.

### **7.2. DA JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:**

Partindo do pressuposto de que a Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEMOSP possui a obrigação legal de promover a expansão, manutenção e conservação das vias de trafegabilidade do Município, consideradas bens públicos por determinação legal, faz-se necessária a adoção de técnicas modernas e de procedimentos racionais e otimizados voltados à melhoria da infraestrutura viária, assegurando maior vida útil às obras já executadas e a preservação ambiental.

Nesse contexto, a execução de obras de drenagem pluvial configura-se como medida indispensável para a melhoria da infraestrutura urbana, uma vez que possibilita o adequado escoamento das águas pluviais na Rua Mato Grosso, Bairro Liberdade, no Município de Cacoal/RO. A intervenção visa prevenir alagamentos, minimizar danos ao pavimento e às estruturas existentes, reduzir riscos à segurança da população e promover melhores condições de trafegabilidade.





Dessa forma, a obra atende ao interesse público ao proporcionar um sistema viário mais eficiente, seguro, sustentável e confortável aos usuários das vias públicas, contribuindo diretamente para a qualidade de vida da comunidade local e para o desenvolvimento urbano ordenado do Município.

## **8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º inciso V do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

Considerando que contratação se trata de prestação de serviços de engenharia, e que a administração pública não dispõe de equipamentos e mão de obra qualificada para tal atividade, entende-se que a melhor solução para a obra a ser realizada é a modalidade de licitação “concorrência”.

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para a execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei nº 14.133/2021, como adequada para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns. Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n.227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de serviços de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações para







esse tipo de empreendimento, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia.

O presente estudo, como já delineado, refere-se à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia necessários à revitalização proposta, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários, conforme condições e especificações constantes nos documentos instruídos aos autos processuais. As descrições detalhadas das soluções estão previstas nos memoriais descritivos, e demais peças técnicas. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço intentado, com disponibilização de mão de obra não exclusiva, materiais e equipamentos adequados efetivação dos trabalhos e sua modalidade de execução no que toca o procedimento licitatório a ser adotado.

Consoante as a fundamentação discorrida no presente instrumento, resta evidente que a solução por meio de execução indireta será célere e eficiente

## 9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso IV da IN 40/2020 e art. 7º inciso VII do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

Consoante ao prospecto demonstrado ao presente instrumento restou evidenciado que a opção pela execução indireta com a contratação de empresa para a realização dos serviços é possivelmente a mais viável.

A contratação de Empresa Especializada em Obras de Drenagem Pluvial na Rua Mato Grosso Bairro Liberdade no Município de Cacoal/RO, em foco destina-se a execução de obra do tipo convencional com elementos que deverão ser definidos em Projeto Básico que deverão prever aspectos técnicos e operacionais para consumação do feito.

A descrição detalhada da solução, ou seja, da obra de engenharia, encontrar-se-ão nos instrumentos técnicos que acompanham os projetos de engenharia elaborados para projeção de obras.

## 10. DA ESTIMATIVA DO CUSTO DA CONTRATAÇÃO

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso VI da IN 40/2020 e art. 7º inciso VI do Decreto nº 9.593/PMC/2023).





Para definição dos preços da contratação, quando se trata de obras e serviços de engenharia, o Município utiliza como base, os critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e o pelo Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO).

A Lei 14.133/2021, em reforço ao já consolidado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, estabeleceu que devem ser considerados os sistemas acima mencionados, quando se tratar de obras e serviços de engenharia:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia.

Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima são criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

Assim, a estimativa do preço da contratação aqui pretendida foi definida com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil – SINAPI, com o valor total de R\$ 552.782,65 (quinhentos e cinquenta dois mil setecentos e oitenta dois reais e sessenta e cinco centavos).

## **11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso VII da IN 40/2020 e art. 7º inciso VIII do Decreto nº 9.593/PMC/2023)

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único





contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para execução de obras de drenagem, não se vislumbra viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

De mais a mais, a indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Assim, a contratação para a execução da obra deverá ser licitada como **objeto não divisível**, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completitude do projeto e a sua média complexidade.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ALINHAMENTO COM PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

A contratação está prevista no Plano de Contratação Anual – PCA e prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AÇÃO PROGRAMÁTICA	Implantação d aInfraestrutura Urbana - SEMOSP
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	16.001.15.451.0031.1.052
ELEMENTOESUBELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00.00–Obras e Instalações







<b>FICHA DE DOTAÇÃO: 187 - R\$ 353.163,96</b> 17010000-Transferências de Convênios Estado - Outros - Exercício Corrente 1-Exercício Corrente 701-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados 0000- Semcódigo de acompanhamento	<b>FICHA DE DOTAÇÃO: 186 - R\$ 199.618,69</b> 75000000-Recursos não Vinculados de Impostos- 7-Exercícios corrente 500-Recursos não Vinculados de Impostos 0000- Sem código de acompanhamento
<b>VALORA SER SOLICITADO:</b>	<b>R\$ 552.782,65</b>

### 13. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso II da IN 40/2020 e art. 7º inciso III do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

No que tocante aos requisitos da contratação, abranger-se-á o seguinte:

Ainda, imprescindível a prévia formalização de contrato administrativo para a prestação de serviço, entre a vencedora desta licitação e a Prefeitura de Cacoal, estabelecendo as condições necessárias para a execução da obra nos termos das leis, decretos, portarias e demais normativos vigentes, de forma a assegurar a completa execução contratual, garantir o objeto e desconfigurar qualquer tipo de subordinação entre a Prefeitura e os trabalhadores da futura contratada, pois o que se objetiva no caso em tela é a contratação da empresa, sob regime de empreitada, para a realização de toda a obra, não se eximindo a contratada da responsabilidade pela seleção, treinamento e gerenciamento da mão de obra aplicada, inclusive quanto ao emprego das normas de Saúde e Segurança do Trabalho, visando à prevenção de acidentes, dimensionada e alocada em número e carga-horária suficiente para o desenvolvimento do trabalho conforme cronograma.

Para a execução de obras, trata-se de contrato(s) por escopo, com prazos de vigência e execução previamente estabelecidos, em razão do cronograma físico-financeiro definido no projeto executivo, posto que, deve ser compatível com a complexidade do projeto e, ainda, comportar os prazos de recebimento provisório e definitivo.

A contratada para a execução da obra deve, necessariamente, ser empresa especializada no ramo da construção civil, com comprovada capacidade econômica, técnico-operacional (para a gestão da mão de obra exigida) e técnico-profissional, comprovadas por: demonstrativos contábeis e indicadores financeiros e de liquidez aceitáveis; atestado de categoria técnica em obra semelhante de mesma complexidade; e indicação de responsável técnico pela obra,





comprovando sua qualificação técnico-profissional para o desempenho dessa função, entre outros documentos que comporão o Projeto Básico.

Posto que obrigatoriamente precedida de um projeto básico e de projetos executivos, toda obra demanda, inicialmente, a participação de engenheiros e/ou arquitetos habilitados para a elaboração dessas peças técnicas, as quais, salvo diante de demandas de complexidade técnica inusual, são elaboradas pelo próprio órgão público que está promovendo a licitação, através do seu corpo técnico, que também poderão participar da licitação e da execução da obra, desde que na qualidade de consultor técnico e/ou em funções de fiscalização, a serviço da Administração Contratante.

Já a execução da obra, propriamente dita, exigirá profissionais capacitados para o emprego das técnicas de construção civil e o adequado manejo dos equipamentos e materiais e especificados nas peças técnicas elaboradas das quais constarão indicações sobre os tipos mais adequados de equipamentos e materiais a serem utilizados nos diferentes processos e etapas da construção, quais os produtos são os mais recomendados e os procedimentos necessários para que a construção aconteça de forma segura, tanto para o trabalhador que está erguendo a obra, quanto para usuário de seu produto final.

Além dos equipamentos, maquinários e ferramentas necessários à execução da obra, a contratada deverá fornecer todos os materiais previstos nos projetos executivos anexos ao instrumento convocatório, observando a descrição desses e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados pela equipe técnica na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto.

A contratada se responsabilizará também pela gestão dos insumos, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

#### **14. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º inciso IX do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

A demonstração dos resultados esperados, especialmente no que se refere à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A contratação almejada busca garantir intervenções eficientes na infraestrutura de drenagem urbana, resultando nos seguintes benefícios:





- Garantia do adequado escoamento das águas pluviais, reduzindo a ocorrência de alagamentos e pontos de acúmulo de água;
- Preservação da infraestrutura viária existente, minimizando danos ao pavimento, erosões e desgastes prematuros da via;
- Melhoria das condições de trafegabilidade e segurança para veículos e pedestres, especialmente em períodos chuvosos;
- Redução de riscos à saúde e à integridade física da população, decorrentes de alagamentos e degradação da via pública;
- Aumento da vida útil das obras de pavimentação já executadas, proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Promoção de um ambiente urbano mais organizado, funcional e sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da via;

Dessa forma, a contratação proposta visa à implementação de um sistema de drenagem eficiente e tecnicamente adequado, apto a prevenir a ocorrência de alagamentos e a preservar a infraestrutura viária da região. A execução da obra, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e a utilização de materiais de padrão compatível com as exigências do projeto, deverá assegurar maior durabilidade às estruturas implantadas, bem como contribuir para a ampliação da segurança da população e a melhoria das condições de bem-estar da comunidade. De maneira integrada, os resultados pretendidos refletem o fortalecimento da proteção do patrimônio público e a promoção do desenvolvimento sustentável do município, em consonância com o interesse público e as diretrizes do planejamento institucional.

## 15. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso XI da IN 40/2020 e art. 7º inciso X do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

A etapa inicial do plano consiste em um levantamento detalhado das condições atuais das ruas, levando em consideração aspectos como topografia, drenagem, tráfego local, dentre outras atividades. Esse diagnóstico serve como base para um projeto personalizado, que





engloba a seleção adequada dos materiais e técnicas de pavimentação, levando em consideração a durabilidade e a resistência ao desgaste.

No que diz respeito à execução, será assegurado um acompanhamento rigoroso por parte de engenheiros especializados, garantindo a aplicação eficiente e precisa da obra de drenagem. A utilização de tecnologias modernas e materiais de alta qualidade.

Mecanismos eficientes de resposta a emergências deverão ser implementados para garantir a rápida resolução de eventuais problemas, minimizando impactos na circulação e na segurança viária.

Além dos procedimentos obrigatórios, definidos nos instrumentos legais, a Administração poderá previamente à assinatura do contrato, tomar as seguintes providências:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- Exigir da CONTRATADA visita *in loco*, com a emissão de declaração, antes do início da execução contratual, para aferição do projetado em relação ao que será executado;
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

## 16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020 e art. 7º inciso XI do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

## 17. DA DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º inciso XII do Decreto nº 9.593/PMC/2023).





No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência/Projeto Básico conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.







Diante disso, na execução da reforma deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

## **18. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, art. 7º e art. 7º inciso XIII do Decreto nº 9.593/PMC/2023).

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, contratação de empresa especializada em obras de drenagem pluvial na Rua Mato Grosso Bairro Liberdade no município de Cacoal/RO, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Cacoal/RO, 26 de janeiro de 2026.

### **RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO DO PRESENTE ESTUDO:**

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]  
**ELAINE CRISTINA UBEDA**  
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS - NFP  
MATRÍCULA Nº 5697

**AO QUE FOI DISCORRIDO NO PRESENTE PROSPECTO.**

**O SIGNATÁRIO COMPETENTE APROVA OS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, TENDO EM VISTA QUE SE ENCONTRAM SUBSIDIADAS AS INFORMAÇÕES INERENTES A DEMANDA PLEITEADA, RESTANDO EVIDENTE SUA VIABILIDADE.**





[ASSINADO ELETRONICAMENTE]  
**PAULO HENRIQUE CARVAIS PIMENTEL**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP  
**DECRETO Nº 6987/PMC/2018.**

